

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
BARREIRAS E DIFICULDADES PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS
POLÍTICOS PELOS POVOS INDÍGENAS NO PARÁ
HANGAR CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA
19 DE ABRIL DE 2024 - 14H30

A audiência pública foi gravada e encontra-se disponível no canal do YouTube do TRE do Pará, no link <https://www.youtube.com/watch?v=ERJPjZECOio&t=52s>, a partir do 33º minuto. A seguir, segue a degravação realizada pela Ouvidoria Judicial Eleitoral.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Senhoras e Senhores, boa tarde! Sejam bem-vindas. Sejam bem-vindos!

Daremos início, neste momento, à audiência pública promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio de sua Ouvidoria Judicial, para ouvir a comunidade, representantes de organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, entidades sindicais, membros da iniciativa privada, instituições acadêmicas e de pesquisa e o público em geral a respeito das barreiras e dificuldades para o exercício dos direitos políticos pelos povos indígenas no Pará, com o objetivo de coletar informações que possam fundamentar projetos, direcionamentos estratégicos e tomadas de decisão para garantir a inclusão sociopolítica das comunidades originárias em nosso estado.

Comunicamos que a presente audiência está sendo gravada e transmitida em tempo real pelo canal do TRE do Pará no YouTube. A participação na audiência implica, portanto, ainda que de forma tácita, em autorização do uso de imagem pela Justiça Eleitoral.

Solicitamos que todas e todos coloquem seus smartphones em modo silencioso.

Passamos à composição da mesa diretora desta audiência.

Preside a mesa, por ordem da Presidência do TRE/PA, o Excelentíssimo Juiz Federal José Airton de Aguiar Portela, Ouvidor Judicial Eleitoral e Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Convidamos para compor a mesa diretora a Excelentíssima Senhora Thaís Santi Cardoso da Silva, Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria da República no Estado do Pará.

Convidamos também a Excelentíssima Senhora Juma Xipaia, Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério Nacional dos Povos Indígenas.

Convidamos o Senhor José Maria Vieira, que representa, neste ato, a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará.

Convidamos também para compor a mesa a Senhora Nathalie Christina de Oliveira Castro, Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Agradecemos e registramos a presença do Sr Adauto Kabá Munduruku, cacique-geral do povo munduruku, e Geandria Munduruku, que é mestranda na UEPA.

Para declarar a presente audiência pública aberta , tem a palavra o juiz José Airton Portela.

JUIZ JOSÉ AIRTON PORTELA:

Boa tarde a todos! Peço desculpa por não poder saudá-los, devidamente, na língua da maioria dos presentes, a língua indígena, a língua-mãe de todos os brasileiros, não só dos indígenas. Todo o brasileiro, se não é indígena, tem sangue indígena e isso muito nos honra.

O que vemos acontecendo nesta semana, com a reunião de lideranças de povos originários de todas as etnorregiões deste estado, é algo inédito e que merece todo o destaque.

Eliminar a invisibilidade social que atinge as populações excluídas e criar políticas públicas que beneficiem e incluam os diferentes grupos étnicos

brasileiros são algumas das bandeiras levantadas pelos movimentos que lutam pela inclusão etnorracial no Brasil e no mundo.

Nesse aspecto, a Justiça Eleitoral possui papel de grande relevância, pois administra as eleições para os cargos eletivos do país, devendo envidar esforços para viabilizar a inclusão da parcela marginalizada da sociedade no processo de escolha de nossos representantes políticos, promovendo a verdadeira democracia.

Atento à demanda de inclusão política dos povos indígenas, o TRE do Pará lançou o Projeto Originários, no intuito de reduzir as principais barreiras ao exercício dos direitos políticos dos povos que ocupam e cuidam de nossas florestas.

O projeto vem atuando de forma sistemática na criação de novos locais de votação e das seções eleitorais dentro das aldeias indígenas, de forma a facilitar o exercício do voto e, conseqüentemente, da representação política dessas eleitoras e desses eleitores.

Com muita satisfação, portanto, anunciamos que, desde o ano de 2023 até a presente data, foram criadas exatas 24 novas seções eleitorais dentro de territórios indígenas no Estado do Pará.

A criação de tais seções e locais de votação ocorreu nos municípios de Altamira, Gurupá, Itupiranga, Jacareacanga, Marabá, Novo Progresso, Oriximiná, Paragominas, Parauapebas, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Tucuruí.

Pode até parecer um número inexpressivo a criação de 24 novas seções, mas se considerarmos que até o ano de 2022 o Estado do Pará contava com apenas 32 seções, podemos concluir que a gestão do Presidente que ora represento, do Presidente Leonam Gondim ampliou em 75% o número de seções indígenas no estado, o que demonstra a importância das ações direcionadas nesse sentido.

Alguns desses novos locais de votação encurtarão o deslocamento de comunidades inteiras em cem, duzentos ou até trezentos quilômetros de distância até a urna eletrônica para poderem exercer o direito de votar.

Citamos o caso da aldeia Kubenkokre, no extremo sul do município de Altamira, em que os indígenas tinham que se deslocar 270km em estrada irregular para chegar até a urna mais próxima, no distrito de Castelo dos Sonhos.

Situação similar ocorre na aldeia Baú, também pertencente à área territorial de Altamira. Para poderem votar, os indígenas dessa comunidade precisam chegar primeiramente na cidade de Novo Progresso e depois se dirigir a Castelo dos Sonhos, em Altamira.

A realidade será outra para essas comunidades. A Justiça Eleitoral está nesta semana alistando indígenas em locais de votação criados em ambas as aldeias, o que permitirá que votem sem o transtorno de longas viagens, e o que representará, certamente, uma barreira a menos ao exercício de seus direitos políticos.

Outro aspecto que merece relevância é o relativo aos dados do cadastro nacional dos eleitores. No ano de 2021, o Tribunal Superior Eleitoral assim dispôs no art. 13 da Resolução nº 23.659, de 2021: “Art. 13. É direito fundamental da pessoa indígena ter considerados, na prestação de serviços eleitorais, sua organização social, seus costumes e suas línguas, crenças e tradições.”

A partir desse reconhecimento, o TSE incluiu no cadastro de eleitores campos relativos à possibilidade de os indígenas assim se autodeclararem perante a Justiça Eleitoral, bem como terem registrados sua etnia e sua língua.

Em seus atendimentos itinerantes pelo Estado do Pará, o TRE vem atendendo milhares de indígenas, contribuindo para atualização do cadastro de seus eleitores.

Outro número que merece destaque é o que resultou do trabalho realizado pelo Projeto Ribeirinho e pelo Projeto Originários. Do início do ano de 2023 até a presente data, o TRE do Pará atendeu pouco mais de 8.000 eleitoras e eleitores que se autodeclararam indígenas. Esses itinerantes atenderam indígenas em 112 dos 144 municípios do estado do Pará.

O projeto ORIGINÁRIOS não parou por aí. Em sessão ocorrida minutos antes desta audiência pública, a Corregedoria do Tribunal, na pessoa do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, fez o lançamento oficial de guias eleitorais bilíngues, com o original em português, traduzido para 5 (cinco)

diferentes línguas indígenas: o mebengokrê, o tenetehara, o munduruku, o wai-wai e o nheengatu.

A distribuição individual desses guias vem ocorrendo durante o mês de abril, em mutirões do Tribunal que levam atendimento itinerante às comunidades indígenas, com a emissão do título de eleitor, transferência de domicílio eleitoral, se for o caso, e revisão cadastral, também se for o caso.

Conclamamos para que visitem o stand da Corregedoria na feira de exposições para conhecer esse trabalho tão importante para o reconhecimento da cultura e língua locais.

Completando ainda mais a ação da Justiça Eleitoral nesse processo de inclusão, a Escola Judiciária se faz presente nesses mutirões, apresentando a crianças e jovens o projeto Eleitor do Futuro, com o objetivo de conscientizá-los para a importância do voto.

A Escola Eleitoral está presente hoje na feira de exposições e amanhã na Usina da Paz do Icuí. É possível participar de votações simuladas nas urnas eletrônicas e aprender sobre a segurança do processo eleitoral. Portanto, visitem, com suas crianças e adolescentes, o stand onde estão as urnas eletrônicas. Isso é muito importante.

Sabe-se que não é possível fazer política pública efetiva sem que seja dado voz a quem tem lugar de fala. E a Ouvidoria Judicial Eleitoral, no seu papel de escutar os anseios e demandas sociais, garantindo a participação popular nos atos da Administração Pública, realiza a primeira audiência pública destinada ouvir lideranças, instituições, organizações e membros da sociedade que defendem os direitos humanos dos povos indígenas no Pará, notadamente em relação às barreiras e dificuldades para o exercício de seus direitos políticos, objetivando a formulação de projetos e tomada de decisões que venham a fortalecer a representatividade das referidas comunidades originárias no processo político brasileiro.

Os povos indígenas vêm percebendo cada vez mais a importância de adentrar os espaços de poder para que os orçamentos e políticas públicas sejam mais efetivas em garantir seu território, sua dignidade e cidadania.

Iniciemos, portanto, nossa audiência pública para ouvi-los, especialmente neste momento, de dia de comemoração e de homenagem e respeito por todos

aqueles que deram seu suor, seu sangue e sua vida para a defesa de sua própria cultura e de sua própria existência. Então, viva os povos indígenas! Viva os povos originários! Muito obrigado!

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Passamos aos informes sobre a sequência dos trabalhos desta audiência pública, que seguirá as regras constantes de seu edital convocatório, publicado no Diário de Justiça do TRE no dia 5 de abril de 2024.

Primeiramente, então, as autoridades convidadas terão direito a se manifestar pelo tempo de 10 (dez) minutos.

Em seguida, ouviremos o público que se inscreveu por meio do formulário eletrônico para uso da palavra, pelo tempo máximo de 5 minutos cada. Será seguida a estrita ordem de inscrição, com preferência das inscrições de representantes de pessoas jurídicas àquelas de pessoas físicas.

As falas deverão estar vinculadas, nos seus 5 minutos, aos seguintes subtemas: a) "Acesso ao alistamento e demais operações do cadastro eleitoral"; b) "Acesso aos locais de votação, à urna eletrônica no dia da votação"; c) "Registro de candidaturas"; d) "Acesso ao Fundo Partidário".

Ouviremos neste momento, como autoridade convidada a se manifestar, a Senhora Juma Xipaia, Secretária Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas do Ministério Nacional dos Povos Indígenas.

SECRETÁRIA JUMA XIPAIA:

Boa tarde a todas e todos! Boa tarde às autoridades aqui presentes, às lideranças, ao Subsecretário Ubirajara Sombré, que se faz presente aqui também com a gente e toda a plateia.

Primeiramente agradecer por essa iniciativa tão ousada, tão necessária e tão urgente. Que muitas das vezes para nós, povos indígenas, é falado muito sobre o direito à terra, o direito ao território, direito à gestão territorial. Agora quando fala em relação a votos, também a direitos eleitorais, isso ainda é um fato, ainda é um assunto muito recente e que temos tanta necessidade de discutir e de falar sobre e de conhecer sobre, assim como os nossos direitos territoriais.

Também é o nosso direito constitucional, não somente de votar mas de ser votados também, e que muita das vezes chega pro nosso território, de última hora, urnas somente para querer os nossos votos. [Mudjere, meus cumprimentos.]...somente para querer os nossos votos mas as mazelas continuam. Só lembram muitas das vezes dos nossos territórios no período eleitoral e que isso acontece uma divisão, conflitos internos, uma série de situações e de Impactos para os nossos território além daqueles que nós já sofremos.

Mas muitas das vezes, é o que a gente tá acostumada na maioria, a gente viu a cara daquele cidadão naquele período, conseguiu votos depois nunca mais. Mas nem todos são assim. E para que isso não continua se repetindo séculos pós séculos, é super importante, não somente essa discussão, mas esse passo tão grandioso que que foi dado agora no governo do Estado do Pará, que tem essa iniciativa com a Secretaria dos Povos Indígenas do Pará, com defensores e defensoras, é uma rede de pessoas que não só pensam, que não só trabalham com essa questão dos impactos com relação aos direitos dos povos indígenas, mas que nos ajuda a pensar na solução. E uma solução que é baseada não somente na tradução.

Isso não é uma mera tradução que foi feita aqui quando se fala de traduzir, seja a constituição, sejam orientações com relação a como votar e ser votado, mas é um espaço que também é nosso, é um espaço que é nosso por direito. E que muitas das vezes, quando se fala nesse processo eleitoral e é o que vem desconstruindo nos últimos anos, e a gente tem essa experiência dessa desconstrução que começa com Joênia Wapichana, que foi a nossa primeira Deputada Federal, a nossa única voz até então naquele período no contexto de Brasília, porque parecia uma realidade tão distante para nós povos indígenas.

Eu falo por mim, mas eu acho que essa essa sensação acredito que não é só eu que tinha. Que o político, quando falava em política para mim, eu falei: Nossa, que coisa ruim! Nossa, política! Porque já bate umas experiências tão ruins! Porém, uma pessoa me falou um dia: “Juma, tudo é política. E tem política partidária também, e é em Brasília que discutem, que decidem e que definem, não somente em Brasília, né, mas ali é o coração que discutem não somente o presente mas, sobretudo, o futuro de vocês”.

Eu fiquei curiosa. Mas como assim? Porque quando falava de política chega me dava uma coisa ruim no estômago. Eu nunca me imaginei nesse espaço e hoje ocupo esse espaço de estar como Secretária Nacional de Articulação dos Direitos Indígenas no Ministério dos Povos Indígenas e tudo isso mostra todo esse contexto de luta e de resistência. Porque como a gente sempre costuma falar, nada foi dado, tudo foi conquistado. Até recentemente, a gente chegava em Brasília a gente era recebido com tiro, porrada e bomba, porta de ministérios fechadas na nossa cara e, se quiser, a gente tentava tentava inúmeras das vezes.

Hoje nós temos um ministério dos povos indígenas. Hoje nós temos uma presidenta na FUNAI, que é a Joênia Wapichana. Hoje, nós temos o Veibe Itapeba na Secretaria de Saúde. Hoje nós temos a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Pará. Nós temos três secretários nacionais. Assim como eu, tem o Marcos Kaingang, tem a Ceixa que também são secretários nacionais e estamos em vários espaços não somente em nível nacional mas estadual e, assim, municipal e territorial, dentro dos nossos territórios, não somente no território de terra indígena, mas também no contexto urbano, que também é um espaço nosso

E esse espaço aqui ele é extremamente importante porque a gente começa uma reviravolta nesse cenário não somente político-partidário mas no cenário, eu digo, novo que foi extremamente importante, o voto de cada um, que foi para vencer o retrocesso, porque se me falasse dois, três anos atrás que a gente hoje estaria aqui falando sobre, não somente os direitos indígenas, mas de direitos eleitorais e que eu estaria aqui compondo com essa equipe, com essa mesa maravilhosa, que hoje nós teríamos um ministério, que nós estaríamos falando não somente por nós, mas estando dentro de um governo construindo políticas públicas e propostas para nós, povos indígenas, eu diria que era mentira, eu diria que era um sonho, mas de fato é preciso, para além de sonhar, é preciso agir e reagir e reagir.

E resistir nós sabemos com Excelência e é o que nós fizemos e continuaremos fazendo. Porém, não somente com arcos, flechas e bordunas e os nossos conhecimentos, mas com a caneta e com a lei com a lei porque hoje nós somos transformadores hoje nós temos a capacidade e condições, assim como não indígenas, de propor e de construir de elaborar políticas públicas. Hoje nós temos condições de compor uma mesa, não somente como da plateia, mas



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



também como representantes. E para além disso, como agente também de governo, não é preciso mais somente um governo falar sobre os povos indígenas, falar sobre a política indigenista. Nós, indígenas, estamos e sempre estivemos aqui, porém fomos sempre jogados à margem dessa sociedade, não somente das políticas públicas.

Então nós temos total condição de ter esse trabalho em rede de continuar nesse processo de resistência e de fazer tantas outras traduções para além da constituição, para além dos direitos eleitorais, para o que nós quisermos, porque nós existimos e as nossas línguas estão vivas e precisam ser consideradas, respeitadas, e o acesso à informação e acesso ao direito de fato precisa ser para todos e não constar somente na Constituição Federal. E é isso que nós estamos fazendo aqui, demarcando não somente o Pará mas a política pública e o governo. E assim a gente repete aquela palavra de voz forte de guerreira, que é da nossa ministra Sônia Guajajara. Nunca mais um Brasil sem nós. Demarcação já! Obrigada!

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Neste momento, fará uso da palavra, também como autoridade convidada, o advogado José Maria Vieira, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará.

ADVOGADO JOSÉ MARIA VIEIRA:

Boa tarde! Sou José Maria Vieira. Estou aqui representando a Ordem dos Advogados mas também sou presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB e quero agradecer aqui a mesa, em nome da Secretária Juma, com quem nós já tivemos contatos ainda telefônicos, estava falando aqui com ela, dizer que muito me honra estar aqui e começar dizendo o seguinte, o que a gente pode dizer enquanto OAB, enquanto Ordem dos Advogados, componentes do sistema Judiciário Brasileiro. Sim, porque nós somos componentes do sistema judiciário brasileiro, ainda que como auxiliares da Justiça, ainda como manejadores dessa Justiça.

O que eu quero dizer para os senhores e principalmente para os tribunais, para nossa ordem judiciária, é que nós temos uma dívida com os povos

indígenas, neste Estado. O Estado brasileiro tem uma dívida com os povos indígenas, uma dívida que vai demorar muito a ser paga e, obviamente, começo com uma queixa, é porque é preciso que o Poder Judiciário, que o Estado brasileiro como um todo... e geralmente a gente coloca a culpa sobre o Poder Executivo sobre o Legislativo, mas nós do Judiciário também temos uma dívida com isso. A OAB tem uma dívida em relação ao ensino jurídico para as comunidades indígenas. Nós nunca nos preocupamos em incluir as comunidades indígenas, os povos indígenas, dentro do conhecimento, dentro do repasse do conhecimento jurídico.

E aí eu quero dizer, eu tenho honra de dizer que a nossa OAB, o nosso vice-presidente é indígena, grande Jorde Tembé, que não está aqui, está em Brasília, num evento, e, na verdade, eu não estou aqui nem representando a OAB, eu digo que eu estou representando ele. Quantas pessoas, quantos juristas indígenas podemos ainda ter? E diante desse quadro de dizer que nós temos e assumir que a OAB faz parte do passivo dessa dívida, que nós precisamos começar a pagá-la. E é muito importante esse evento, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, meu caro amigo e Dr Portela. É importante que a gente faça, sim, esses eventos, mais eventos dessa forma, mas a gente faça esses eventos de coração e ouvido aberto. A gente não pode fazer esse evento pensando que iremos levar aos indígenas a luz jurídica à luz do poder público. Não. Nós temos que de fato estarmos abertos a entender as mazelas dos povos indígenas para que a gente possa pensar, na administração da justiça, como sanar esses problemas ou aproximá-los, não apenas da inclusão do voto, mas principalmente do que a secretária falou, da plena representatividade política de ser votado, e de vocês terem os seus representantes que falem para vocês, através de vocês mesmos, porque vocês é que são os agentes políticos e principais titulares da sua representatividade política.

E não me espanta e é a partir desse aprendizado que a gente tem de ver, às vezes que como exemplo que o doutor falou e longe obviamente, apenas uma questão de contribuir, é que é importante que os indígenas votem nos indígenas. Porque como por exemplo um branco vai representar o indígena, se na maioria dessa dívida que nós temos com os povos indígenas, nós estamos falando de perdas de direitos, perdas econômicas causadas pela exploração econômica que o Estado, que economia brasileira e a economia deste Estado implica sobre as

terras indígenas, sobre o massacre, a diminuição das terras indígenas, da ocupação dessas terras indígenas?

Isso faz parte de uma conjuntura, isso não tá atrelado. Então a gente precisa entender. E eu estou muito feliz com essa iniciativa do Tribunal, que eu realmente acho inédita. E eu coloco aqui a OAB para contribuir mais com isso porque é muito importante que nós ouçamos vocês, para que a gente possa administrar justiça para vocês através do que vocês estão falando e não através da imposição da nossa lógica a vocês.

Então o que eu proponho dentro de nós, da nossa percepção do mundo jurídico, dentro dessa conjuntura de opressão que as nossas atividades historicamente econômicas impõem sobre a vida de vocês, ao território de vocês, inclusive sobre invasão do território de vocês, é que a gente passe, faça esse exercício como a gente fala, quando vamos ler uma petição, quando a gente pede pro magistrado. A gente tem de ouvir de coração e ouvido aberto, e é essa lógica que eu rogo, que a gente tenta implementar dentro da OAB, dentro do mundo jurídico, que a gente não vai conseguir pagar essa dívida com os povos indígenas se nós não abrimos efetivamente nossa cabeça para entender que essa dívida ela precisa ser paga com redistribuição de poder, redistribuição política, redistribuição representativa e redistribuição econômica e não há justiça sem perda e nós temos que ter o nosso grau de perda. Porque não há igualdade sem perda, não há acordo dentro da lógica nossa de um acordo judicial, a gente não consegue fazer uma composição que é o que a gente sempre almeja quando a gente pratica a jurisdição, é que as partes saiam do tribunal satisfeitas e não há como nós fazermos essa satisfação se nós não entendermos, nós, do ponto nosso de vista branco, que nós precisamos perder para que essa redistribuição ocorra.

E o que eu proponho aqui e, obviamente, além de estar motivado em ouvi-los, ouvir a necessidade dos senhores, é dizer que nós, da OAB, estamos de ouvido coração e portas abertas para entender as necessidades as agruras e as mazelas do que vocês passam, para entender como nós, dentro do nosso poder, podemos auxiliá-los e estarmos juntos para levar ao Judiciário essas demandas para tentar fazer com que essa redistribuição de justiça ocorra dentro da lógica dos Direitos Humanos. Era isso o que eu queria dizer e, muito obrigado.

Porque não há como nós nos apropriarmos, principalmente neste estado em que a gente se apropria, se orgulha de vários símbolos dos indígenas. Por exemplo, até no esporte. Eu gosto de futebol. Quem gosta de futebol aqui já viu, na época tinha o Rob Gol, que usava cocar para dizer que nós éramos do Norte. Mas não adianta nós dizermos que somos do Norte se nós somos pessoas da cidade que massacraramos os povos indígenas no interior.

Então a gente precisa efetivamente olhar no espelho e olhar, refletir os erros cometidos historicamente pela nossa sociedade e tentarmos reverter e pagar essa dívida daqui para a frente. Então era isso que eu queria colocar e deixar a OAB aberta a vocês e aberta também, Dr Portela, ao Tribunal, ao Ministério Público, e a sua secretaria também, para que a gente possa, de uma forma propositiva, ajudar nessa redistribuição e a pagar essa dívida. Obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Fará uso da palavra, neste momento, como autoridade convidada, a Excelentíssima Senhora Thaís Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República no Estado do Pará.

PROCURADORA THAÍS SANTI:

Boa tarde a todos. Bom, é um prazer. Antes de mais nada, saúdo a mesa. Eu aqui estava ouvindo o início dessa audiência e pensando: “que alegria poder representar o Ministério Público Federal num momento como esse!”.

Eu estou em Altamira, atuo em Altamira, no Pará, desde 2012, e venho acompanhando a luta dos povos do médio Xingu pela concretização dos seus direitos, que historicamente são tão violados. Por isso é tão importante momentos como esse, em que nós paramos para ouvi-los, e pensar junto, instituições juntas, como seguir para concretizar esses direitos.

Eu represento aqui o Ministério Público Federal e há uma situação interessante, né? O Ministério Público Federal é convidado pela sua Procuradoria Regional Eleitoral, porque constitucionalmente o Ministério Público tem uma atribuição de defesa do regime democrático, da ordem jurídica, e acompanha o processo eleitoral. Só que por outro lado e ao mesmo tempo e paralelo a isso,

junto disso, o mesmo Ministério Público Federal tem uma atribuição constitucional que alguns dos senhores conhecem, de defesa dos povos indígenas. E aqui o Ministério Público Federal se une, enquanto instituição com várias facetas, com várias atribuições, para ouvir os povos indígenas e pensar junto, interinstitucionalmente, a concretização de um direito democrático, um direito de sufrágio, que não é apenas vinculado aos direitos indígenas que nós normalmente atuamos junto aos senhores. Isso é maravilhoso.

Eu atuo em Altamira e gostaria de fazer alguns comentários com relação ao que nós, nos últimos meses, temos acompanhado com relação ao tema da audiência de hoje. Na última eleição eu me deparei com uma situação bastante, diria, entristecedora. Alguns indígenas foram para a cidade tentar votar, procuraram o local de votação e não encontraram. Eles não tinham ainda o título eleitoral e tentaram votar. Não chegou a eles aquele, naquele momento, o conhecimento, a informação sobre o processo eleitoral. Mas eles queriam votar.

Outros ainda não falaram disso. Talvez a maior riqueza do Estado do Pará seja essa diversidade de povos. Eu vivo em Altamira e sei muito bem. Vejo aqui os Caiapó, vejo aqui os Assurini, os Arara. São muitos grupos e nessa diversidade, Dr Portela, a gente falando isso, e o senhor falou muito bem agora, quando as Instituições se colocam numa relação com os povos indígenas, é necessário compreender essa diversidade. É necessário compreender que cada povo vai lidar com o processo eleitoral como quiser, da sua forma. Nem todos são Caiapó e já vão lançar o seu candidato. Nem todos vão chegar na cidade, passando dias... o Paracaná demora dias, são seis, sete dias para chegar no centro urbano para votar. Nem todos vão fazer isso, mas cada um tem o direito de conhecer esse processo e decidir internamente como e em que tempo vai se relacionar com ele.

Agora, a informação é importante, e por isso eu fiquei extremamente feliz de encontrar hoje aqui o guia na língua, para que o indígena possa na sua própria língua assimilar o processo eleitoral e nós devemos permitir que no seu tempo eles entendam e tomem as decisões necessárias. E tenho plena consciência e tenho certeza de que o aumento do ingresso dos povos indígenas nos processos, o efetivo ingresso dos povos indígenas no processo eleitoral vai contribuir para um aprendizado nosso, não indígenas. A política tem muito a aprender com os povos indígenas que fazem política muito bem, que tomam decisões de forma

completamente diferente da nossa e muito conscientes. Então eu acho que é um encontro muito rico para a sociedade não indígena e para os povos indígenas. Nós temos muito a ganhar. Claro que os espaços têm que ser abertos, mas nós temos muito a ganhar.

Agora, eu insisto: as relações com os povos indígenas têm que partir de um respeito verdadeiro, de um respeito que passa pelo pela compreensão da diversidade que é cada um desses povos. Eu me preocupo muito com isso porque nós não temos que ensinar os indígenas a votar, nós temos que permitir que eles façam os seus processos e temos que entender a complexidade do Estado do Pará.

Eu falo isso por Altamira, o município que eu acompanho, e vim acompanhando, nos últimos tempos, a instalação das urnas eletrônicas nas aldeias Caiapó, e na região do Gabiroto, no meio do rio Xingu. A região do Gabiroto é uma resex, chamada resex Rio Xingu. A Justiça Eleitoral Instalou a urna no Gabiroto, mas ela não consegue chegar no Gabiroto, para fazer o cadastramento dos eleitores, porque a viagem de barco, a Juma sabe muito bem o quanto é difícil e o quanto é custoso. Pra equipe da Justiça Eleitoral ir até o Gabiroto é no mínimo uma semana e uma logística extremamente complicada.

Portanto, a parceria para esse processo é fundamental. A Funai tem que participar, o ICM-BIO tem que participar. As instituições têm que se organizar para que efetivamente nós possamos estar lá, não apenas a urna simbólica. E ela vai acontecer, ela vai acontecer, não apenas a urna simbólica mas efetivamente esse direito concretizado. E para isso é preciso ultrapassar as barreiras do distanciamento dos rios do Pará. Eu sei o quanto isso é um desafio enorme. E falo isso colocando, da nossa parte, o Ministério Público Federal à inteira disposição tanto para fiscalizar, nós estamos de portas abertas para ouvir aqui tanto nesta audiência pública, feliz de estar aqui, como a instituição Ministério Público Federal permanece de portas abertas para que nós possamos acompanhar cada etapa desses processos de universalização do sufrágio aos povos indígenas.

É um prazer. Eu acho que aqui grandes passos, eu estava falando, é um pequeno mas um enorme passo que foi dado. E nós pretendemos trabalhar juntos para que isso se universalize no Estado do Pará. É isso. Boa audiência a todos! Insisto que falem, que tragam essa realidade, porque esse é o momento

realmente de ouvi-los sobre as dificuldades do acesso dos povos indígenas ao sufrágio. Boa tarde a todos e que seja uma excelente audiência!

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Ouviremos, a partir deste momento, aqueles que se inscreveram para o uso da palavra. Anuncio que houve sete inscrições sendo uma apenas de pessoa jurídica que precederá às demais. Como representante do Instituto Nossa Voz inscreveu-se para fazer uso da palavra à senhora Nice Tupinambá, está presente?

NICE TUPINAMBÁ:

Boa tarde parentes, boa tarde a todo mundo, aqui a nossa nossa mesa e a nossa secretária Juma Xipaia. A Juma trouxe elementos fundamentais para esse processo. Eu sou uma indígena em contexto urbano ou melhor em contexto urbanizado, né? Porque antes de ser Belém, aqui é Mairi Tupinambá, terra do nosso povo Tupinambá.

Eu venho do Baixo Tocantins, na região de Cametá. Sou camutá tupinambá. Essa é a minha ascendência e também a minha luta. Eu fui candidata à deputada Federal na eleição passada e comigo também mais uma outra parente indígena, que foi a Maial Caiapó, candidata também.

Eu acho que nós fomos as duas únicas candidaturas indígenas do Estado do Pará e, assim, a gente enfrentou... Com certeza não posso falar pela Maial, mas a gente sabe o que foi a dificuldade da candidatura dela e, falo assim, também da minha. É muito difícil a gente entrar nesse pleito, ser candidato, porque a política, o parlamento, ele não foi feito para nós. Já começa por aí, né? Hoje por exemplo teve uma comissão dos parentes Tembé que foram conhecer a câmara municipal aqui de Belém e um deles me mandou mensagem que eles foram impedidos de entrar lá porque não estava com a tal da roupa adequada para entrar naquele espaço.

Então já começa por aí; a gente não pode nem entrar nos espaços porque a gente não pode entrar manifestando nossa cultura, nossa identidade, quem nós somos. A gente tem que se adaptar ao modo que essa instituição, que o Estado

coloca para nós. Então se a gente não pode nem entrar para conhecer o espaço, imagina sair candidato e disputar esse espaço que é de extrema violência.

A política é um espaço de extrema violência, principalmente para nós que temos pensamento, cultura, costumes, tudo diferente do que está sendo colocado lá. Porque a Juma falou que grande parte dos políticos são corruptos, isso é verdade. Tem uma minoria ali que batalha, que luta contra uma grande maioria que só entra para fazer esquema, que só entra para fazer corrupção, que só entra para fazer a grande jogada, para se dar bem, para fazer bem pros outros... pros seus e menos pro povo; mas assim, isso não pode nos amedrontar.

Eu acho que a gente tem que ir para cima, tem que se lançar, tem que buscar orientação dos parceiros que estão aí para contribuir. Saber escolher bem o partido para não sair candidato naquele partido que está lá no Congresso Nacional assinando, por exemplo, medidas contra os nossos deputados indígenas. Por exemplo, a Célia mal conseguiu sentar na cadeira de Deputada Federal e tentaram já “impichmar” ela, tentaram cassar o mandato dela por ela fazer a luta defendendo os povos indígenas. Então é fundamental a gente saber em que partido a gente vai sair e qual a política esse partido tem para nós.

Eu saí pelo PSOL que é onde elegeu também a Sônia Guajajara, a Célia Xacriabá. E o pessoal, a gente tirou como medida, disputando o congresso do partido interno, política de investimento em candidaturas não brancas, que contemplou candidaturas indígenas, candidaturas negras, manipulando o fundo eleitoral mesmo sem ter a lei para nos apoiar. Então o partido ele fez isso, tirou como resolução porque foi aprovado no Congresso Nacional do partido e a gente fez isso, mas é fundamental que se tenha a lei.

Eu acho muito válida a decisão do TRE e do Supremo também de fazer esse investimento, mas a gente precisa ter leis que possam apoiar e que possam aprovar essa ajuda com relação ao fundo eleitoral, que é fundamental, mas também eu queria chamar atenção para uma questão da violência.

Imagina o parente indígena que sai candidato ali em Capitão Poço, do território por exemplo do Alto Rio Guamá; que acabou de passar por um processo de desintrusão, onde tiveram, por exemplo, vários vereadores ameaçando os parentes indígenas por terem feito essa luta.

Então a segurança dos indígenas que vão ser candidato nesse pleito, porque aquilo que a Juma falou, já basta todo o processo de luta e de violência que já tem naquele território, ai ir pro espaço político e receber mais violência por conta disso. Então a questão da segurança também ela é fundamental para se discutir isso daí e outra coisa é o acesso e o entendimento de como funciona o Parlamento, de como é para se lançar candidato, o acesso além do fundo eleitoral, mas por exemplo às propagandas. Porque por exemplo a propaganda de televisão, de rádio não chega nas aldeias, não chega nos territórios e a dificuldade para poder fazer a campanha eleitoral de um território pro outro.

E no mais, parentes, a gente não vai recuar, a gente tem que se lançar sim, se afirmar, buscar esse espaço. Porque de fato é lá que é decidido tudo sobre a nossa nossa vida, sobre o presente e sobre o futuro. Eu, com certeza, venho candidata a vereadora aqui no Município de Belém. A gente tem uma luta, nós temos uma grande parcela de indígenas vivendo nesse contexto aqui que estão na margem, na periferia dessa cidade, sofrendo vários tipos de violência, sem acesso às vezes à saúde, à educação. Ontem o Instituto Nossa Voz fez uma ação...

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Trinta segundos nós vamos conceder, pois já ultrapassaram os cinco minutos, trinta segundos para você poder encerrar seu pensamento.

NICE TUPINAMBÁ:

Ontem o Instituto Nossa Voz fez uma ação voltada pra saúde e cidadania e a gente atendeu lá crianças que não tinham acesso a pediatra, documentos de pessoas indígenas que não tinha.

Então assim, é uma série de políticas que quando sai do território chega na cidade e não é acessado. Teve uma parente nossa que o pai foi registrar a criança no cartório. Em pleno século XXI, o cartório não quis registrar a criança porque disse que o nome dela indígena não existia. Então isso acontece aqui dentro de Belém; são vários tipos de violência é por isso que a política é fundamental pra gente poder fazer essa luta também contra o racismo e é isso gente, obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Temos agora as inscrições com pessoas físicas. A primeira inscrição é de Josué Castilho dos Santos. Está presente, Josué Castilho dos Santos? Não está presente, então passamos para a segunda inscrição de Isabele Martins Dutra. Também não presente. Está presente Ana Virgínia da Silva Nunes Rose? Está presente Raquel Maria Loureiro Sampaio? Também não está presente. Karoyte Xikrin está presente? Pode vir.

KANÓ XIKRIN (apresentou-se junto ao inscrito)

Boa tarde, gente. Boa tarde a todo mundo, aos parentes. Nesse momento que estou me apresentando, me chamo Kanó, do município de Parauapebas. Para dizer a verdade que nesse momento que nós estamos existindo nesse Brasil agora para falar sobre climática e nesse momento nós tem que falar a verdade ao público brasileiro. O povo original, que existia há muito tempo, e que o não-indígena criticava e muito mais ainda, mas nesse momento que nós estamos indicando os próprios indígenas para ocupar a nossa mesa e nesse momento tem muitos parentes que nesse ano de 2024 que já estamos ocupando cargos. Agora quando nós indicamos de Parauapebas sobre o Xauan que nesse momento que tá representando todo mundo do TI Xikrim.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Nós vamos abrir mais 5 (cinco) inscrições pra quem estiver interessado aqui no auditório. Eu peço só que quem tiver interesse por favor, procure o Alan que está com o notebook aqui. Ele vai anotar as pessoas. Podem podem ir lá com ele e dar o nome para fazer a inscrição.

XAUAN XIKRIN:

Boa tarde a todos e a todas, me chamo Xauan, sou da etnia xikrini. Eu sou pré-candidato no município de Parauapebas. Sou indígena originalmente. É uma satisfação que tô aqui, é muita gratidão. Hoje nós estamos apresentando,



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



celebrando, homenageando nosso dia muito importante. Dia de resistência, dia de emoção; que no passado alguns que já foram, que alguns não estão aqui na luta. Então este dia é muito importante para todos nós povos indígenas brasileiros. A gente existe, a gente luta, a gente procura nossa melhoria da saúde, educação, melhoria para nossa comunidade indígena.

Nós, indígenas, temos que ocupar a cadeira da mesa da Câmara dos Vereadores. Porque várias etnias já estão ocupadas. Nós temos que aproveitar nesse governo que tá apoiando a gente. Hoje nós temos Ministério. Hoje nós temos um secretário através desse governo. É como a parenta falou “não é dado, é a conquista” Então é isso, muito obrigado é uma satisfação que eu tô aqui. Agradeço a pessoa da CPI. Agradeço o governador Helder Barbalho e estamos juntos.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Estamos recebendo novas inscrições, em vez de fazermos todo esse processo demorado, quem se manifestou primeiro pode vir, podem ser vocês dois juntos.

CACIQUE ARNALDO KABÁ MUNDURUKU

Boa tarde, parentes. Eu vou falar na minha língua. Ela vai explicando depois.

GIANDRA KABÁ MUNDURUKU (TRADUZINDO O CACIQUE)

Vou traduzir aqui o que ele falou:

Boa tarde parentes, a todos que estão presentes. Me chamo Cacique Arnaldo Munduruku, do Município de Jacareacanga.

Vimos do município de Jacareacanga, a minha sobrinha (eu) que é professora, e a gente tá com uma delegação de professores aí fora também, dos artesãos, pessoal que está apresentando os artesanatos. E esse ano a gente tá no ano político, no ano de 2024.

Então vamos mostrar a nossa força, a nossa luta. Há muito tempo já vínhamos carregando os não-indígenas que nós chamamos de “pariuá” na nossa língua munduruku. Que esse ano nós temos que nos lançar candidatos.

Nós somos do município de Jacareacanga, onde já temos cinco vereadores indígenas (um foi o meu pai, vice-prefeito), e hoje a gente tem o presidente da câmara indígena no município de Jacareacanga.

Hoje eu me sinto muito feliz porque eu estou vendo um monte de parentes de luta e aqui vamos seguindo.

Então vamos fazer que nem o munduruku começou a fazer, parentes, vamos juntos numa caminhada só, votando nos parentes. Porque só assim vamos poder continuar defendendo o nosso território.

Então os parentes que estão aqui nesta mesa, eu estou falando a minha língua porque eu não falo a língua de vocês; então como a gente tá seguindo vocês nos passos por sermos indígenas, a gente não pode ficar para trás. Então aqui eu agradeço todo mundo. Vamos todos no mesmo caminho, na mesma luta.

GIANDRA KABÁ MUNDURUKU:

Eu vou só concluir aqui, que eu também pedi uma palavrinha.

Eu me chamo Giandra Kabá Munduruku, do povo munduruku, do município de Jacareacanga, munduruku do Alto Tapajós. Sabemos que o munduruku ele tá em todas as partes, então eu queria falar um pouco só complementar a parente Nice Tupinambá, na questão da candidatura. Nós, apesar de sermos a grande maioria da população do Município de Jacareacanga, a gente enfrenta muitos preconceitos por parte da população de Jacareacanga.

Como o cacique havia falado, a gente tem o presidente na Câmara de Vereadores, a gente tem cinco vereadores indígenas, mas a gente tem enfrentado várias dificuldades durante esses tempos. Apesar da questão da logística também, tinha localidades que os parentes não conseguiam chegar até a urna mais próxima do município ou então de uma aldeia polo que a gente chama, de uma aldeia grande. Então a gente tem enfrentado muitos preconceitos por sermos indígenas.

A gente se deparou mais forte com a questão do preconceito quando a gente conseguiu eleger os cinco vereadores no nosso município de Jacareacanga, e a gente conseguiu eleger, colocar um presidente indígena munduruku na câmara de vereadores e naquele momento os outros vereadores não indígenas fizeram de tudo para cassar o mandato do presidente da Câmara que é o nosso parente, a parente Célia também sofreu.

Então este ano a gente vai lançar um candidato indígena a prefeito do município de Jacareacanga. Mas através disso a gente vem sofrendo violências, não físicas, mas violências na questão da fala. Os não-indígenas, os brancos, vão lá no nosso território e dizem que a gente não pode votar no parente porque o parente não tem competência, e isso não é verdade. Sabemos hoje que a gente tem competência, sim, para ocupar o cargo onde a gente quiser.

Então a gente tem enfrentado muito isso lá no município de Jacareacanga e desde já peço ajuda também do TRE ,que lá não vai ser fácil a gente enfrentar essa política, que já começou. Os não indígenas comprando nossos caciques; usando uma estratégia de pegar o cacique da região tal para lançar a candidatura do cacique para ser vereador; só para usar a estratégia de não colocarmos os cinco indígenas, o mais indígena na Câmara de Vereadores. Então é isso que eu queria falar também, que a gente sofre muito nessa questão do preconceito e como nós, os parentes que estão lá no território, eles não têm ainda essa noção - nós é que já temos mais contato com os não indígenas - às vezes pensam e acham que é verdade, que o parente ainda não está capacitado para exercer aquele cargo e não é verdade.

Então, parentes, eu peço a todos de toda a região que está aqui presente, vamos votar nos parentes. O parente vota no parente, que só assim a gente vai mostrar a nossa força. Eu sempre digo que eu tenho muito respeito pelos apoiadores, na questão indígena, da nossa luta, mas eles não vão lutar nunca como nós lutamos, eles nunca vão interpretar o que nós sentimos na pele. Então vamos nos lançar e representar o nosso povo, dentro da esfera política partidária, obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Eu chamo aqui na sequência a Antônia - Tapanã.

ANTONIA:

Boa tarde a todas, todos e a todes. Queria também saudar esta mesa maravilhosa aqui. Muito feliz com esse processo de audiência pública. Eu me chamo Antonia Salgado. Eu sou lá do bairro do Tapanã, mas sou uma mulher ribeirinha de uma comunidade chamada Vila do Espírito Santo do Tauá no município de Santo Antônio do Tauá.

Então até hoje nós não descobrimos ainda qual é a nossa identidade indígena porque a nossa mãe era uma mulher trabalhadora rural, uma agricultora que com ela nós aprendemos a fazer a farinha que é a cultura dos nossos povos indígenas. Aprendemos também fazer a pesca porque o nosso pai era pescador.

Então eu acredito que muito da nossa cultura a gente deve aos povos indígenas e a gente precisa valorizar isso e é por isso que eu estou aqui, exatamente para me colocar à disposição de vocês; que nós também temos uma militância nos direitos humanos na sociedade paraense de defesa de direitos humanos no movimento de mulheres e a gente abraça essa causa com muita honra e parabenizar vocês, porque vocês estão sendo protagonista da voz do querer, da cultura de você.

Então ninguém melhor para representar os povos indígenas do que os próprios povos indígenas e queria parabenizar também o Tribunal por essa iniciativa porque é uma iniciativa de inclusão e a gente tá saudando, como Zé Maria colocou, “uma dívida social histórica no Brasil” porque para nós sempre foi dito a história do Brasil a partir de 1500, mas antes de 1500, os povos originários já estavam aqui. Então a vocês, nós devemos tudo que nós temos neste país, Muito obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Roselaine.

ROSELAINÉ:



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



Olá! Boa tarde a todos. Eu vou colocar uma situação pra senhora aqui, aos juízes disse também. O que diz o Artigo 5º? Que todos nós somos iguais perante a lei, a Constituição Federal de 1988. À moradia digna, à saúde. Mesmo que tendo a dificuldade, a distância que nós enfrentamos. Eu digo a tribo indígena: não se cale e lute por aquilo que vocês têm direito porque a Constituição de 88 fala isso. O artigo 5º diz que todos nós somos iguais perante a lei. Mesmo tendo a nossa dignidade, mesmo enfrentando, nós tiramos a certidão e mesmo tendo, por exemplo, uma carteira de trabalho, também é o que nós enfrentamos. A mesma dignidade à educação também. É isso que eu tenho a dizer a todos vocês.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Também se inscreveu para falar Piná Tembê de Santa Luzia.

PINÁ TEMBÉ:

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Piná Tembê. Sou uma das lideranças do povo tembê, mais precisamente da aldeia Itwaçu, município de Santa Luzia do Pará.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por esse momento tão importante que estamos aqui, nós indígenas. Quero dizer, assim, que para nós o movimento indígena nacional tem todos os dias como o dia do índio, não só hoje, mas hoje é um momento importante para nós. Por quê? Nesse momento a gente tem que aproveitar pra gente trocar ideias, fazer avaliação. Olhar o caminho que a gente iniciou essa luta, aonde a gente está, para onde a gente vai tá caminhando. Isso é muito importante para nós. E aí eu digo assim: a primeira coisa que eu penso neste momento, alguém um dia me perguntou “Pinar, qual foi a primeira vitória de vocês?” Eu fiquei pensando assim, eu comecei na década de 80. Eu disse “Para mim foi essa união do povo indígena do Brasil. Foi a primeira vitória que nós tivemos.” Porque dizia e diz para nós ainda hoje no nosso coração, Paiakan, que eu tenho muito respeito, já se foi, não tá mais no meio de nós, mas ele dizia “Se nós se unir, nós vence. Se nós não se unir a gente vai perder.” E aí a união ela não está apenas num item nessa luta nossa, mas em todos eles, inclusive na política partidária. Se nós não tivermos unificados a gente não vai conseguir chegar lá.

Na eleição passada para deputado, eu fui pré-candidato a deputado estadual, mas não falei para ninguém. Fui pré-candidato porque eu fiquei pensando que a política é importante para nós. Trinta e cinco, quarenta anos atrás, se a gente não tivesse a política, ainda hoje estava sofrendo e sofrendo muito, porque quem mudou tudo nisso foi a política.

Não tô falando de politicagem porque aí é outra coisa. É importante para nós, mas eu acho que ainda tem uma coisa de tudo isso que vocês falaram, ainda tem uma coisa muito importante que deve chegar até a nossa comunidade. Qual é? A consciência nossa, indígena, da importância da política para mudança positiva pro nosso país.

Nós temos que ter essa consciência, porque se nós não tivermos essa consciência vai ser difícil a gente achar que nós tivemos que votar no nosso parente. Porque lá dentro da nossa comunidade... Eu não vou falar de todas porque eu conheço mais a minha, mas lá na minha comunidade tem pessoas que dizem para mim: “Eu não vou votar que política não vale para nada”. “Eu não vou votar”. Porque não tem a consciência da importância dessa política para nós e pro mundo”. Eu acho assim, até convidei a universidade pra gente fazer uma cartilha sobre política e mandar pras comunidades, com pessoas responsáveis para conversar com seu povo da importância. Porque só assim vai votar. Eu já vi eleição que a gente, para prefeito, a gente vota num partido e para vereador a gente vota noutro partido. Por quê? “Não, porque o prefeito é quem manda”. A gente não tem essa consciência ainda. Nós precisamos ter essa consciência.

Eu só tô sendo verdadeiro para todos nós. Não é culpa nossa lá, da gente não querer votar, não é culpa. É porque nós estamos adentrando ao mundo que não é nosso, mas nós precisamos adentrar. Nós precisamos chegar lá. Porque se a gente não for, a gente vai ficar para trás e nós temos muito argumento pra gente falar; pra gente mostrar pro nosso povo que tá lá. Não é à toa que hoje nós temos um ministério, que nós temos uma secretaria, que nós temos uma Funai e que está no nosso comando.

E só para terminar, um dia o Tabô disse assim pro presidente Lula... Eu era da Comissão Nacional de Política Indigenista e ele disse assim para ele: “Ah Lula, tu prometeu assim, mas tu não fizeste. Não tá fazendo.” Aí o Lula tava lá, no último dia, e ele disse: “Olha eu quero que vocês entendam uma coisa, nós já ganhamos a eleição, mas a gente ainda não ganhou o poder”. A gente não tem

consciência disso que muita das vezes a gente vota num prefeito, a gente vota no vereador, a gente tá dividindo o poder. Essa consciência nós não temos aí é fácil votar é só para votar, se for para votar então leva a urna lá que a gente vota. Mas como é que nós estamos votando, mas como é que nós estamos votando? E aí eu entrei empolgado na política porque eu tinha completado 58 anos de idade, é aí o meu nome é Piná Tembé. Pinar, a primeira letra é P; Tembé, a primeira letra é T, então já é PT. Então eu sou PT mesmo. Sou PT mesmo. Só 30 Segundos para fechar.

Aí depois eu tinha completado 58 anos ano passado eu somei 3, 5 mais 8, deu 13. Eu sou petista mesmo. Então não tem jeito e viva o povo indígena. Nós unidos, ninguém vai passar por cima de nós. Pode ter certeza nisso.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Chamamos também o vereador Beto Kayapó e Tutu Wachichara para encerrar essas manifestações da nossa audiência pública.

TUTU KAYAPÓ:

Boa tarde. Agradecer a Deus por essa oportunidade. Platéia linda aqui, todo mundo somos iguais. A gente tá falando de política hoje, a gente tá vivendo política. Até na aldeia também tá existindo isso, então o que a gente vem enfrentando nos municípios e até no nosso direito a gente vê essas coisas de desigualdade, que todos têm que entender isso. Então, no nosso município de Ourilândia, a gente tem o vereador Beto Kayapó, que a gente apoiou.

A gente tem aldeia muito longe e às vezes a gente tem um pouco de ajuda, cada um ajuda, a gente traz o povo para poder ajudar o nosso parente. Ano passado eu me filei juntamente com Xauan Xikrin, a gente se juntou, conversamos sobre a minha pré-candidatura. Só que eu não quero disputar vereador com meu próprio parente, então eu decidi desistir para apoiar o meu compadre aqui que é vereador lá no nosso município. Então sobre a educação a gente teve maior dificuldade na gestão anterior, então com o nosso representante dentro da câmara, há menos de dois anos a gente construiu sete escolas de alvenaria.

A escola que já tinha a gente reformou graças a eles. Então hoje ele trouxe os 45 da secretaria. Ele trouxe com ajuda do prefeito. Então a nossa luta é isso, a gente tem que se unir. Como o nosso parente falou: “Sem união, a gente não tem força.” Com união a gente vence qualquer coisa. Então, a minha fala é isso. Eu quero parabenizar nosso parente Xikrin que tá na frente. Agora, primeira vez na história de Paraupabas que ele tá lutando aí pelo seu povo e eu tô lá também ajudando, sempre dando orientação. A gente sempre conversa pelo WhatsApp, hoje todo mundo conversa pelo WhatsApp já 24 horas.

Então eu tô ali para te apoiar, vai dar vai dar tudo certo para nós, para o nosso povo lá e agradecer o meu compadre que a gente trabalhou juntos durante 4 anos. Eu já tinha trabalhado na Secretaria de Educação como Secretário de Educação Indígena, há 9 anos, eu saí ano passado e agora tô na SEPI como assessor da Secretaria do Estado dos Povos Indígenas do Pará e passo a palavra pro nosso vereador, que eu vou estar com ele novamente, levantar a bandeira e trazer nosso povo para a gente continuar o nosso trabalho dentro do município. Muito obrigado, boa tarde.

VEREADOR BETO KAYAPÓ:

Boa tarde a todos e a todos aqui presentes, os parentes. Boa tarde o pessoal aqui da mesa eu quero aqui cumprimentar. Me chamo Beto Kayapo, do município de Ourilândia do Norte, onde me candidatei no ano de 2020 e me elegi e agora nós estamos aqui novamente no tempo político. Eu quero pedir aqui pros parentes que nós precisamos de se unir e botar mais parentes onde tiver o município que pertence os indígenas, que nós temos que reunir e somar força para poder colocar os indígenas, mas poder lutar por nosso parente que estão ali no município e que precisa de saúde, de educação, de estrada, enfim.

Nós indígenas precisamos nos unir para poder chegar onde estamos querendo. E nós, na Câmara Municipal, temos lutado muito para poder conquistar algumas coisas pra nossa comunidade. No município de Ourilândia, lá tem 13 vereadores e eu sou indígena eleito pela primeira vez lá do município e tenho lutado muito juntamente com os parentes que tá aqui. O compadre ele é uma das lideranças do município, o pai dele e tem mais cacique que me apoiou e por isso nós indígenas temos que unirmos para poder e fortalecer nossa política indígena.

Porque hoje em dia a política é base de que a gente tem que buscar soluções juntamente com os parentes.

Eu quero aqui agradecer a todos que estão aqui presentes. Eu tô aqui junto com vocês na semana dos povos indígenas e eu tô muito feliz de estar aqui. Onde eu recebi convite da nossa Secretária Puyr, nosso amigo ali, Ubirajara, que é meu parceiro também e estamos aí lutando, trabalhando em prol da nossa comunidade. E durante 3 anos eu tenho lutado ali no município, conquistei lá seis novas escolas indígenas. Porque eu estando ali, cobrando o prefeito para poder fazer por nossos parentes. Onde os parentes chegam no município e compram, deixam seu imposto ali no município e precisa ter olhar diferente com o nosso povo, precisa ter olhar com muito carinho para poder fazer as coisas que a gente precisa. Nós indígenas também precisamos ter uma escola de qualidade como os “cuben” como na minha língua kayapo eu chamo não indígena de “cuben”.

Está aqui também Rayomani, lá do município de Ourilândia do Norte, representante da Vale. Estamos aqui na luta. Semana dos povos indígenas e eu quero aqui pedir pro Tribunal, que também lá no município de Ourilândia, tem três aldeias que precisam de urna eletrônica para poder voltar no dia de eleições. Lá a gente tem uma aldeia Kubenkakrei, que fica muito distante do município e eles sofrem muito para chegar no município, tem que gastar combustível; empurrando canoa. É uma dificuldade muito grande.

É preciso o Tribunal olhar para essas pessoas, para poderem ter o direito também de votar e escolher o seu candidato. E lá eles não votaram na eleição passada e eu quero que com a ajuda do Tribunal poder conseguir uma urna eletrônica para ir pra aldeia para poder eles votarem.

Lá só tem duas aldeias que têm urna eletrônica que vai todas as eleições e precisa do apoio do Tribunal, pois eles precisam também eleger os candidatos.

Eu quero aqui colocar também que mesmo a dificuldade que nós enfrentamos, que os candidatos enfrentam, eu tô falando em geral, os indígenas, não indígena, mesmo assim os nossos parentes lá na aldeia têm as suas divisões. Por exemplo, tá saindo um candidato, tá saindo dois, saindo três ou quatro candidatos. Por quê? Porque tá saindo candidato só para atrapalhar quem tá no poder. Só para derrubar os parentes que já estão no poder. Aí a gente não vai para frente em lugar nenhum. Agora nós se unindo, vamos botar nosso



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



representante que realmente precisa, que realmente que tá trabalhando pro nosso povo. No mais só agradecer a todos. Muito obrigado por estar aqui juntamente com os parentes Kayapós lá do sul do Pará. Muito obrigado a todos que Deus abençoe cada um de nós.

TUTU KAYAPÓ:

Gente é só reforçar o nosso vereador. Eu tinha esquecido quando ele falou sobre a dificuldade de três aldeias. No inverno é quatro dias para chegar na cidade; em verão são mais de uma semana. Então a dificuldade que a gente enfrenta não é fácil. A aldeia onde eu nasci, a Ukra, Kubenkankrei, aldeia-mãe, então essas dificuldades a gente já vem enfrentando. A gente já entrou em contato com a Justiça Eleitoral para ver se a gente tem uma solução de conseguir urna para lá. Que lá numa aldeia tem eu acho uns 400 e pouco eleitores e às vezes vem só 100, 80 porque a gente não tem apoio para trazer todo mundo. Então nossa dificuldade é isso. Como o nosso Vereador tá eleito, não foi fácil que a gente tinha que buscar apoio, buscamos poucas pessoas. Então muito obrigado a todos.

Talvez algumas aldeias têm dificuldade também que nem o nosso povo Kayapó. Muito obrigado, Deus abençoe a todos, abraço fica com Deus.

MESTRE DE CERIMÔNIA:

Para declarar encerrada a presente audiência pública tem a palavra o excelentíssimo Juiz José Airtton Portela.

JUIZ JOSÉ AIRTON PORTELA:

Muitíssimo obrigado pela presença aos irmãos indígenas, aos parentes, muito obrigado. O TRE se sente honrado com a presença de vocês e quero deixar uma mensagem final. Um filósofo chamado Immanuel Kant dizia: “A política é a mais bela das Artes, desde que não se transforme na mais vil das profissões.” Então não pensemos em partidos, pensemos em mulheres e homens honrados para nos representar. É isso que nós precisamos. Muito obrigado,



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará



registro a presença da Dra. Reijane. Muito obrigado, Dra. Reijane Ferreira, ouvidora da mulher, muito obrigado pela presença.

Então a nossa audiência está encerrada. Espero que no ano que vem possamos repetir este momento.